



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE MONTE NEGRO  
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 1734/GAB/PMMN/2019  
DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

PUBLICADO  
Nº 1 Jral em 20/10/19  
Conforme art. 44 e 45  
da Lei Orgânica

**“Regulamenta o Artigo 31 da Lei Municipal 511 de 25 de Julho de 2013, que trata do Cadastro Ambiental obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras ou degradadoras.”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de regulamentação do Artigo 31 da Lei Municipal 511 de 25 de Julho de 2013, que institui a Política de Meio Ambiente do Município de Monte Negro,

**DECRETA:**

Art. 1º Conforme Artigo 31 da Lei Municipal 511 de 25 de Julho de 2013, todas as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as empresas e entidades públicas da administração indireta, cujas atividades sejam potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadores, ficam obrigadas ao cadastro no Banco de Dados Ambientais.

Art. 2º O Cadastro Ambiental que se refere o artigo anterior será obrigatório às pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ou vierem a desenvolver atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores da qualidade ambiental, dentro dos limites deste município, conforme lista de atividades constantes na Resolução CONSEPA 04/2019, e demais dispositivos estaduais e federais atualizados.

§ 1º. O cadastro ambiental que se refere o Artigo 2º deste Decreto se aplica apenas a empresas ou pessoas físicas que desenvolvem ou vierem a desenvolver atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras da qualidade ambiental, dentro do Município em regime temporário.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE MONTE NEGRO  
GABINETE DO PREFEITO



§ 2º. As empresas ou pessoas físicas que desenvolvem ou vierem a desenvolver atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras dentro do Município em regime permanente estão sujeitas ao Processo de Licenciamento Ambiental, não se enquadrado neste Decreto.

Art. 3º O Cadastro Ambiental que se refere este Decreto, se dará por meio digital onde o empreendedor ou responsável técnico encaminharão os documentos no formato PDF via endereço eletrônico: [sema@montenegro.ro.gov.br](mailto:sema@montenegro.ro.gov.br).

Art. 4º Os documentos que se refere o Artigo 3º, serão os seguintes:

- I – Requerimento Padrão;
- II – Cadastro Simplificado;
- IV – Formulário de Caracterização de Empreendimento;
- V – Cartão de CNPJ/RG e CPF;
- VI – Contrato Social (alterações);
- VII – Comprovante de Endereço (Conta de Luz, água, telefone);
- VIII – Contrato de Locação (se for o caso);
- IX – Comprovante de propriedade do imóvel (Escritura Pública, Título de Propriedade ou documento público similar);
- X – RG E CPF do proprietário do imóvel;
- XI – Termo de Responsabilidade Técnica - TRT;
- XII – Contrato de Prestação de Serviço ou Cópia da Carteira de Trabalho com registro de vínculo trabalhista com seu respectivo conselho de classe;
- XIII – Comprovante de pagamento da taxa de cadastro ambiental;
- XIV – Certidão de Regularidade Ambiental a ser emitida pelo Município onde a empresa ou pessoa física estão estabelecidas.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE MONTE NEGRO  
GABINETE DO PREFEITO



Art. 5º O Cadastro Ambiental que se refere este Decreto, fica condicionado ao pagamento de taxa correspondente a 02 (duas) Unidades Fiscais vigente no Município, em detrimento a necessidade da emissão da Autorização Ambiental Simplificada.

Parágrafo Único: O processo de cadastro ambiental, só será iniciado após a comprovação do pagamento da taxa que se refere o Artigo 5º deste Decreto.

Art. 6º Para a efetivação do referido Cadastro Ambiental, será emitido uma Autorização Ambiental Simplificada, a ser renovada anualmente onde o valor da taxa a ser paga será idêntico ao constante no Artigo 5º deste Decreto.

Art. 7º As empresas a serem cadastradas no banco de dados ambiental, deverão apresentar Relatório de Monitoramento Ambiental – RMA de suas atividades a cada renovação da autorização, onde tal relatório deve ser elaborado pelo responsável técnico onde deverá vir acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente registrada.

Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas enquadradas neste Decreto e que não observarem tal disposto, ficam sujeitas a pena de multa nos termos do Artigo 264, alínea “a”, inciso LXVI, da Lei Municipal 511 de 25 de Julho de 2013.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO MARQUES DA SILVA**  
Prefeito do Município